

Governador de Sofala propõe criação de Governo de unidade nacional

Séc. Ib.

13
12
93

O governador de Sofala, Francisco Masquil, propôs a formação de um Governo de Unidade Nacional, em intervenções noticiadas pelo boletim «Mediafax».

As declarações daquele membro do Comité Central

da Frelimo foram feitas terça e quarta-feira na sessão em curso da Assembleia da República, mas a comunicação estatal moçambicana ignorou-as, com a excepção da agência AIM.

As teses expostas por Masquil são as primeiras indicando a existência no interior da Frelimo de sectores favoráveis a um amplo entendimento com a Renamo que ultrapasse o estrito quadro do Acordo de Paz de Roma.

O governador de Sofala advogou a necessidade de fazer «concertações» antes e depois das eleições de Outubro de 1994 para garantir a paz.

Até agora, a linha oficial do partido no poder, defendida sobretudo pelo ministro dos Transportes, Armando Guebuza, é contra mais «cedências» ao antigo movimento de Resistência Nacional Moçambicana.

Um acordo pré ou pós-eleitoral com a Renamo tem também adeptos nalguns sectores diplomáticos da comunidade internacional representada em Maputo.

Masquil, que tem sido por vezes conotado com a Renamo, com forte implantação na província que dirige, advogou os entendimentos «para que aqueles que ganhem, não ganhem tudo, e os que perdem, não percam tudo».

Essa seria, segundo ele, uma das lições recolhidas do processo de paz em Angola, pois que voltou à guerra depois das eleições.

Nesse quadro, pediu a descentralização do poder em Moçambique, com a realização de eleições autárquicas, após as legislativas e presidenciais, e a criação de lugares de vice-ministros a atribuir aos vencidos, segundo o «Mediafax».

O governador de Sofala considerou que a desmobi-

lização das tropas do Governo e da Renamo, a formação do novo Exército e a realização de eleições não representam o fim do conflito, sendo necessário criar confiança entre as duas partes.

Segundo a AIM, a sugestão de Masquil sobre a formação de um «Governo de Unidade Nacional» depois das eleições, representaria a formação de uma coligação entre os dois ou três partidos mais votados nas eleições.

O entendimento poderia estabelecer-se à volta da «integração das autoridades tradicionais» e da inclusão no sector público de outras forças para além da Frelimo.

Masquil sugeriu também, como prova de boa vontade, a suspensão da concessão de licenças para a utilização da terra nas zonas controladas pela Renamo.

Os membros da Renamo devem ser «integrados nas actividades económicas e sociais», disse Masquil, segundo a AIM. «Moçambique tem suficientes recur-

sos económicos para todos nós» — acrescentou.

A formação de um Conselho Económico e Social em que um Governo e a Resistência Nacional Moçambicana tivessem assento foi proposta por Afonso durante a cimeira de Agosto/Setembro em Maputo com o chefe de Estado moçambicano, Joaquim Chissano.

As intervenções de Masquil tiveram resposta de Armando Guebuza e de Sérgio Vieira, antigo ministro da Segurança.

O ministro dos Transportes, que apresentou à Assembleia um «informe» sobre o processo de paz, que se encontrava em discussão, considerou que a intervenção do governador de Sofala não incidia sobre aquilo que se lhe pedira para falar.

Sérgio Vieira considerou por seu lado que a Assembleia da República não era local adequado para a apresentação daquelas propostas e, uma vez que Masquil é membro do Comité Central da Frelimo, era nessa sede que elas deveriam ser discutidas.